A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)**

1. INTRODUÇÃO

O presente texto enraíza-se num estudo histórico que pretendeu contribuir para o esclarecimento crítico das *origens simbólicas, ideológicas e políticas do Estado Novo* a partir da acção da organização cívico-política Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. O objectivo era fundamentar a tese de que, se a «matriz ideológica original» do Estado Novo foi a democracia cristã/catolicismo social, dentro de uma leitura autoritária e antiliberal¹, e se as «matrizes ideológicas concorrenciais» para a definição desse regime autoritário conservador foram o Integralismo Lusitano e o nacional-sindicalismo², já a *matriz*

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** O presente texto pretende comunicar alguns resultados constantes da dissertação de doutoramento em História Contemporânea do autor, defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Abril de 1998, com o título de *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens Simbólicas, Ideológicas e Políticas do Estado Novo (1890-1940)*. Os pontos que se seguem correspondem, com alguma alteração, a conteúdos inseridos nos capítulos VII e VIII e na conclusão da referida dissertação.

¹ Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980; Jorge Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma Abordagem a partir dos «Estudos Sociais» (1905-1911), «Imparcial» (1912-1919) e «Estudos» (1922-1934)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

² João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a História de Um Conflito, 1932/1935*, Venda Nova-Amadora, Livraria Bertrand, 1979; Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

ideológica sincrética da síntese salazarista³ deveu muito à Cruzada, enquanto significativo *lugar* de convergência de várias tradições políticas e morais nacionalistas.

A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira surgiu em Junho de 1918 e extinguiu-se em Outubro de 1938, período durante o qual se definem duas fases principais da sua dinâmica política (1918-26 e 1927-38), que, por sua vez, devem subdividir-se em nove subfases (1918-20, 1921-23, 1924-25, 1926, 1927-28, 1929-31, 1932-34, 1935-36 e 1937-38). Dessas subfases destacaram-se quatro momentos principais em relação ao processo de audiência nacional (sócios, estruturas e influência institucional): 1918, 1921-23, 1926 e 1929-36. Uma organização com as características elitistas da Cruzada, que sobreviveu vinte anos, num tempo de várias mudanças de regimes políticos, teve inevitavelmente momentos de mobilização — anos de 1918, 1920-23, 1926, 1929-31 e 1935-36 —, mas assistiu a outros de quase inacção — 1919, 1924-25, 1927-28, 1932-34 e 1937-38.

O que persistiu foi uma espécie de *liga patriótica de elites*, com sede em Lisboa, adquirindo projecção em determinadas cidades e vilas, em particular Viana do Castelo, Braga, Bragança, Porto, Viseu, Coimbra, Vila Nova de Ourém, Santarém, Torres Vedras, Oeiras, Lisboa, Estremoz, Funchal e Ponta Delgada. A história essencial da Cruzada revela-nos que em 1918-23 propugnou por um recentramento conservador da República, e daí as fortes polémicas com os monárquicos em 1918 e com os seareiros em 1921; em 1924-26 enraizou-se no campo dos agentes políticos, económicos e ideológicos promotores do derrube institucional da República, promovendo o grupo Filomeno da Câmara-Nobre de Melo-Gomes da Costa; em 1927-38 inseriu-se no campo do autoritarismo conservador institucional, apesar de ter formulado algumas advertências críticas.

As atitudes historiográficas que inserem a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, ora na área das «organizações do patronato», ora na área dos grupos do «fascismo e direita radical», reduzem, obviamente, a percepção desse agrupamento elitista conservador a aspectos muito particulares e datados. Se é verdade a convergência política (dinamizada por Henrique Trindade Coelho) entre a Cruzada e a União dos Interesses Económicos, com a presença de algumas notabilidades nos dois agrupamentos, durante os anos de 1924-26, tal não é suficiente para concluirmos pela sua natureza de grupo

³ Para as componentes do ideário salazarista, cf. João Medina, «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo», in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias* (direcção de João Medina), vol. XII, *Estado Novo*, t. 1, Alfragide, Amadora, Ediclube, s. d. [1993], pp. 11-142, Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol. de *História de Portugal* (direcção de José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 184-186, e Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 53-58.

económico de interesses. Do mesmo modo, a adopção de um discurso programático com alguns enunciados mussolinescos por parte de um segmento da sua elite dirigente (tutelada por Martinho Nobre de Melo), somente nos seis primeiros meses de 1926, também não é suficiente para concluirmos pela sua natureza de grupo político fascista.

2. OS ANTECEDENTES

O nacionalismo português, entre os inícios dos anos 90 do século XIX e os finais dos anos 30 do século XX, configurou um amplo território político, ideológico e cultural, muito polarizado em torno da natureza do regime (monarquia, república), da organização do sistema político (tradicionalismo, parlamentarismo, presidencialismo), das relações entre o Estado e a Igreja católica (regalismo, ultramontanismo, jacobinismo, concordatismo) ou ainda da leitura interpretativa da história com incidência na identidade nacional (providencialismo divino, cientismo laico, historicismo crítico). Foram várias, por conseguinte, as formulações doutrinárias nacionalistas, com as suas consequentes modalidades orgânicas.

Entre os *nacionalismos políticos de acção* com maior capacidade de influência encontram-se o nacionalismo monárquico liberal (Partido Regenerador, Partido Progressista e, depois, largos sectores da Causa Monárquica), o nacionalismo monárquico tradicionalista (Partido Legitimista), o nacionalismo republicano liberal (Partido Republicano Português e, depois, vários partidos republicanos), o nacionalismo católico (centros nacionais, Partido Nacionalista, Centro Católico Português), o nacionalismo monárquico integralista (Integralismo Lusitano e Acção Realista Portuguesa) e o nacionalismo monárquico fascista (Movimento Nacional-Sindicalista); nos anos 20, sem sucesso, João de Castro Osório, António de Cértima e Raul de Carvalho pretenderam organizar um nacionalismo republicano fascista (Centro do Nacionalismo Lusitano).

As circunstâncias geopolíticas do *ultimatum* inglês de 1890, das campanhas africanas de 1894-97 e da primeira grande guerra propiciaram a reconfiguração dos nacionalismos políticos lusos, que, apesar da divergência ideológica, dispuseram basicamente da mesma imagem de Portugal-império⁴ e de um comum reconhecimento simbólico institucional em torno do escudo de armas do rei.

Alguns nacionalismos políticos promoveram práticas discursivas sobre o «homem providencial», que nos resgataria da decadência provocada por

⁴ Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)», in *Penélope*, n.º 15, Lisboa, 1995, pp. 39-52.

sucessivos naufrágios, favorecendo desse modo vários deslumbramentos de *messianismo político*, como aconteceu com os que se incorporaram na galeria de modelos exemplares em torno de Mouzinho de Albuquerque, de João Franco, de Afonso Costa, de Sidónio Pais, de Cunha Leal, de Gomes da Costa ou de Oliveira Salazar, evocando frequentemente um novo Nun'Álvares ou um novo D. Sebastião. O «mito do salvador» (o chefe), tendo acoplado o «mito da unidade» (a nação)⁵, teceu grande parte do imaginário político português contemporâneo, manifestando-se particularmente nos momentos nacionais de desregulação do sistema político e de crise económico-financeira.

A crítica do messianismo político adquiriu particular significado nos anos 20, por via das opiniões do presidente da República António José de Almeida, em 1921, e do líder parlamentar católico António Lino Neto, em 1924, quando ressurgia crescentemente a sua apologia e se propunham vários candidatos a «chefe nacional». Durante as cerimónias em honra dos soldados desconhecidos, a 7 de Abril de 1921, António José de Almeida, após declarar ter sido «sempre contra o messianismo político» e ter «em mínima conta as faculdades sobrenaturais dos grandes condutores de homens», não deixou de promover também um messianismo popular como guia, «um messianismo triunfal e sadio, partindo da alma da nação, intrinsecamente, fisiologicamente popular, incutindo fé, dando esperança [...] cheio de complacência e de bravura, de heroísmo e de perdão [...]»⁶. Por sua vez, Lino Neto, na sessão parlamentar de 9 de Janeiro de 1924, expunha a recusa frontal às revoluções, às ditaduras e à espera do messias, pois o «Messias, o Encoberto, o Salvador, está dentro de cada um de nós [...]»⁷.

Há também a considerar os *nacionalismos culturais de pesquisa* da «terra», da «tradição» e da «história», nem sempre relacionados com a urgência imediata da acção política, que se exprimiram em revistas, como, por exemplo, *Revista Lusitana* (1887-1943), *O Arqueólogo Português* (1890-1931), *Portugália* (1899-1908), *Arquivo Histórico Português* (1903-21), *Revista de História* (1912-28), *Arqueologia e História* (1922-32) ou *Lusitânia* (1924-27). Mobilizaram um destacado grupo de personalidades, onde estavam Francisco Martins Sarmiento, Estácio da Veiga, Anselmo Braamcamp Freire, José da Silva Pessanha, José Leite de Vasconcelos, Ricardo Severo, Manuel

⁵ Utilizo a tipologia dos conjuntos político-mitológicos (conspiração, salvador, idade de ouro e unidade) estabelecida por Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1986.

⁶ *Em Honra dos Soldados Desconhecidos. Discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa Dr. António José de Almeida na sala e no átrio do Palácio do Congresso em 7 de Abril de 1921*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, pp. 20-21.

⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, de 9-1-1924, p. 19.

Vieira Natividade, António da Rocha Peixoto, Francisco da Silva Teles, Carolina Michaëlis de Vasconcelos ou Fidelino de Figueiredo⁸.

A sua função essencial foi de forma sintomática sintetizada na circular de 1911, assinada por Cristóvão Aires, David Lopes, Leite de Vasconcelos e Fidelino de Figueiredo, para a fundação da Sociedade Nacional de História, depois Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos: «À ideia, melhor, ao sentimento de insensato cosmopolitismo, que, durante o século XVIII, inquinara a vida dos povos, veio suceder o sentimento nacional e o reconhecimento do modo de ser moral e social característico de cada povo, devendo-se, pois, na política e na administração, construir, não sobre bases ideais, mas sobre reais e específicas condições nacionais [...]»⁹.

O campo destes nacionalismos culturais incluiu o nacionalismo musical, com importante recepção política, cujas expressões finisseculares maiores foram, em 1890, a marcha militar *A Portuguesa*, de Henrique Lopes de Mendonça e Alfredo Keil, onde se divisam as influências de *A Marselhesa*, da *Maria da Fonte* e do fado, e, em 1897, a sinfonia *À Pátria*, de José Vianna da Motta, inspirada em versos de Camões e incorporando duas canções populares portuguesas (*As Peneiras* e *O Folgado*). Vianna da Motta, Luís de Freitas Branco e Rui Coelho produziram já no século XX novas composições musicais de fundo nacionalista.

Sendo Portugal, na referida época, um *Estado-nação* consolidado, sem problemas de unidade territorial, étnica, linguística ou religiosa, não admira que a polarização desses nacionalismos se fizesse, fundamentalmente, em torno da forma de organização do espaço político (Estado) e das representações do espaço simbólico-cultural (identidade nacional). Generalizou-se, porém, um comum *organicismo*, vindo do positivismo sociológico comtiano e do institucionalismo neotomista, que valorizou um imaginário histórico («nação etno-cultural»), um imaginário social (corporativismo) e um imaginário político (Estado forte) muito crítico da mundividência liberal de «nação cívico-política», de individualismo e de Estado arbitral.

Tal circunstância permitiu a lenta construção de um campo nacionalista convergente, fundamentalmente a partir de 1915, caracterizado pelo *sincretismo* de elites e pelo *hibridismo* das ideias, donde resultou a audiência acrescida da *mentalidade nacionalista pragmática* frente à ideologia nacionalista utópica, conformando nestas circunstâncias a hegemonia da *ideia política*

⁸ Para uma síntese de projectos de divulgação histórico-culturais, cf. Luís Reis Torgal, «Sob o signo da 'reconstrução nacional'», in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 219-239.

⁹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 29.ª série, n.º 4, Lisboa, Abril de 1911, p. 121.

autoritária perante a ideia política totalitária, como salienta Juan Linz, seguindo a distinção entre mentalidade e ideologia proposta por Theodor Geiger¹⁰.

Entre 1890 e 1910, o campo partidário português evidenciou uma profunda fragmentação e uma forte vontade de alteração dos costumes políticos: o Partido Republicano Português propunha radicalmente a República (dividido entre federalistas e unitaristas); o Partido Legitimista, renovado em 1895, apresentava a Monarquia tradicionalista, corporativa e municipal; o Centro Nacional e, depois, o Partido Nacionalista promoviam a resistência católica ao laicismo anticlerical e afirmavam o reconhecimento da Monarquia constitucional (não obstante se manifestarem sectores antiliberais); o Partido Regenerador Liberal e a Dissidência Progressista tentaram, sem sucesso, a sua transformação em partidos de classe média, dotados de programas políticos modernos.

As referidas dinâmicas introduziram uma insistente «politização» dos problemas nacionais, que favoreceu, sem dúvida, a propaganda doutrinária e a agitação pública republicana, alicerçada em grande parte nos ódios ao rei e ao jesuíta¹¹. Apesar desse primado do político, radicalizando o confronto entre os vários nacionalismos, o certo é que a reflexão convergente sobre problemas portugueses não esteve ausente, pelo menos fez-se com alguma profundidade em relação aos problemas colonial (Congresso Colonial de 1901), naval (Congresso Marítimo de 1903), educativo (Congressos Pedagógicos de 1908 e 1909) e administrativo (Congresso Municipalista de 1909).

A passagem do debate sectorial para o debate mais global ocorreu pela primeira vez em Maio de 1910, durante as sessões de trabalho do Congresso Nacional promovido pela Liga Naval Portuguesa (com a organização do seu secretário perpétuo, capitão-tenente António Pereira de Matos) e realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa. Alguns dos problemas nacionais (demográfico, económico, colonial, financeiro, jurídico, defesa nacional, educativo) foram amplamente discutidos, tendo por base um conjunto de teses apresentadas pelas mais dinâmicas instituições da sociedade civil da época.

Essa realização cívica mobilizou uma vasta área da elite nacional ideologicamente filiada no republicanismo (Consiglieri Pedroso, Reis Santos, Ricardo Jorge, António Macieira, Costa Ferreira, Fernando Freiria, Borges

¹⁰ Juan J. Linz, «An authoritarian regime: Spain», *Cleavages, Ideologies and Party Systems. Contributions to Comparative Political Sociology* (organização de Erik Allardt e Yrjö Littunen), Helsínquia, s. n., 1964, pp. 301-304.

¹¹ Jorge Borges de Macedo, «República em Portugal (Implantação da)», in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 16.º vol., Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 1974, cols. 345-350; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976, pp. 15-112; João Medina, «Oh! a República!», in *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 9-42; Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, s. n. [Coimbra Editora], 1990; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

Grainha, Xavier Esteves, José de Magalhães, Vítor Ribeiro), no monarquismo (Pereira de Matos, Anselmo de Andrade, Silva Amado, Fernando de Sousa, Paiva Couceiro, Jacinto Cândido, conde de Penha Garcia, Mendes Leal, Ernesto de Vasconcelos ou Abel de Andrade, Caeiro da Mata e Carneiro de Moura, que adeririam ao republicanismo após a revolução) e no socialismo (Azedo Gneco, Pedro Muralha, Ladislau Batalha, César Nogueira).

Os 128 votos finais, aprovados unanimemente por uma ampla comissão de votos, estabeleceram as medidas essenciais de um programa de governo e, em virtude da representação nessa comissão de notabilidades do Partido Republicano Português (Consiglieri Pedroso, Reis Santos, José de Magalhães), dos partidos monárquicos (Pereira de Matos, Morais Sarmiento, Serpa Pimentel) e do Partido Nacionalista (Fernando de Sousa), pode afirmar-se que configuraram o *primeiro momento de construção da matriz sincrética nacionalista* em torno da ideia-força do «ressurgimento nacional», que em organizações cívico-políticas posteriores (União Patriótica, Liga Nacional, Liga de Acção Nacional, Cruzada Nuno Álvares, Núcleo de Ressurgimento Nacional, União Cívica, União Nacional) continuará a aparecer.

Com a vertigem política subsequente à revolução de 5 de Outubro de 1910¹², o funcionamento das várias secções de estudo do Congresso Nacional tornou-se inviável. Após várias tentativas de reactivação — a mais importante foi a falhada União Patriótica, em 1913, promovida por Pereira de Matos, Costa Lobo, Lino Neto, Oliveira Belo e Fernando Emídio da Silva —, em Março de 1915 constituiu-se um Comité Nacional, que passou a designar-se no mês seguinte por Liga Nacional, sobrevivendo até finais de 1918. Esta nova experiência convergente marcou o *segundo momento de construção da matriz sincrética nacionalista*, avançando já na definição ideológica, que em 1910 Consiglieri Pedroso e Pereira de Matos liminarmente recusavam para não provocarem paixões políticas.

O compromisso político estabelecido na Liga entre 1915 e 1918 fez-se com personalidades do Centro Católico Português (Pinheiro Torres, Pacheco de Amorim, Fernando de Sousa, Lino Neto, cónego Martins do Rego), do Partido Legitimista (Domingos Pinto Coelho, também do Centro Católico, e João Franco Monteiro), do Integralismo Lusitano (Sardinha, Raposo, Monsaraz, Ulrich, Pequito Rebelo, Vasco de Carvalho), da Causa Monárquica (Aires de Ornelas, Tomás de Vilhena, Mello Breyner, conde de Bertandos, Luís de Magalhães, Costa Lobo, Ávila Lima, Carneiro Pacheco, Magalhães Colaço, Fezas Vital), do Partido Republicano Evolucionista ou a ele afecto (Egas Moniz, Guilherme Moreira, Caeiro da Mata) e da União Republicana (José de Magalhães, Jacinto Nunes e Fidelino de Figueiredo).

¹² Vasco Pulido Valente, «Revoluções: a 'República Velha' (ensaio de interpretação política)», in *Análise Social*, 4.ª série, vol. xxvii, n.º 115, Lisboa, 1992, pp. 7-63.

Um aspecto bastante significativo é a definição do *critério conservador*, constante do artigo 3.º dos estatutos da Liga Nacional: «Envolve a defesa do princípio do governo da sociedade pelos mais aptos; da moral cristã, e, portanto, da permissão do seu ensino nas escolas; da organização económica baseada na harmónica concorrência dos três factores — propriedade, capital e trabalho; da continuidade da tradição nacional, consubstanciada na ideia da pátria, e, portanto, do militarismo; e da expansão colonial e marítima e, portanto, do imperialismo.»

Firmam-se, deste modo, os tópicos essenciais da matriz sincrética nacionalista: governo de técnicos, moral cristã, corporativismo, patriotismo, império colonial. O problema assim colocado questionava os costumes políticos da I República em quatro aspectos fundamentais: o *mito do «poder das leis»*, o critério de selecção da elite governativa, o aconfessionalismo do Estado e o predomínio do elemento de sufrágio electivo.

Entre as modalidades elitistas antes da formação da Cruzada, deve referir-se também a Liga de Acção Nacional, que se projectou durante o ano de 1918, vindo a desaparecer nos inícios de 1919. Novamente, sob o lema do «ressurgimento nacional», lançaram-se as bases de um movimento de opinião pública, onde surgiam alguns elementos da Liga Nacional (António Arroio, António de Lencastre, Costa Sacadura, Mark Athias, Nobre de Melo, Oliveira Belo, Perestrelo de Vasconcelos, Rui Ulrich, Sousa Rodrigues), ao lado de outros que tinham só participado no Congresso Nacional de 1910 (Reis Santos, Costa Ferreira) ou que iniciavam a sua participação em agremiações cívicas convergentes (Pedro José da Cunha, António Sérgio).

A Liga de Acção Nacional insistiu na urgência de formar uma «opinião pública consciente» e de elaborar um «plano sistemático de reformas» que fosse levado à prática por um «governo nacional» apoiado em «especialistas competentes», aspecto que emergiu novamente na Cruzada em 1918-23 e na União Cívica em 1923. Dava-se, assim, mais um passo na produção do *mito dos «governos técnicos»*, não obstante o discurso dos seus doutrinários mais proeminentes — António Sérgio e Ezequiel de Campos — alertar para a necessária distinção entre competência técnica e capacidade governativa. O principal legado doutrinário e humano desta Liga será, no entanto, recolhido pelo grupo «Seara Nova» a partir de 1921, onde conviviriam António Sérgio e Raul Proença conjuntamente com Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos, estes dois importantes alicerces doutrinários e práticos da formação institucional do Estado Novo¹³.

¹³ Manuel Villaverde Cabral, «The Seara Nova group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism», in *Portuguese Studies*, vol. 4, Londres, 1988, pp. 181-195; João Conde Veiga, *Ezequiel de Campos. O Homem e a Obra*, Porto, Lello & Irmãos, Editores, 1993; Ernesto Castro Leal, «Quirino Avelino de Jesus: um católico pragmático. Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926)», in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, t. vi, Lisboa, 1994, pp. 355-389.

3. DINÂMICAS E FUNÇÕES DA CRUZADA

A resistência de vasto segmento das elites nacionais e notabilidades regionais ao jacobinismo republicano, evidenciada nos primeiros anos da I República por republicanos conservadores, católicos sociais e monárquicos, adquiriu novas qualidades a partir de 1918 com a Cruzada, espaço de sociabilidade política sob uma matriz comum de *nacionalismo conservador*, continuando assim o processo de inculcação da mentalidade cívica de «ressurgimento nacional» e de «unidade moral da nação» anteriormente manifestada. Pode então considerar-se, depois do Congresso Nacional de 1910 e da Liga Nacional de 1915-18, ser este o *terceiro momento de construção da matriz sincrética nacionalista*.

Surgida em Junho de 1918, a Cruzada conseguiu desde logo ter uma importante *função simbólica* ao difundir a exemplaridade de Nuno Álvares Pereira, que se incorporou doravante na ritualização cívica do Estado, colocando o herói num lugar de mediação dentro do redentorismo patriótico. Na Cruzada operou-se a síntese de duas expressões de *messianismo condestabrinho*: por um lado, surgia a *tradição providencialista católica*, que inculcava primordialmente o sentido de *santo*, expresso no culto e festa religiosa ao beato Nuno de Santa Maria (6 de Novembro); por outro lado, estava a *tradição laica republicana*, que promovia o sentido de *herói*, político e militar, na linha da hagiografia sociolátrica positivista ao grande homem, expresso no culto e festa profana ao *Condestável* (14 de Agosto).

No *Manifesto da Cruzada* de 1921 pode surpreender-se essa dupla dimensão: «Por Nun' Álvares, símbolo da raça! Pela raça, que a sua memória de cavaleiro e santo tutela ainda, para a conduzir a novos destinos que a esperam.» Subscreveram essa posição, entre outros, republicanos conservadores (António José de Almeida, Anselmo Braamcamp Freire, António Egas Moniz, Alfredo Freire de Andrade, Eduardo Alfredo de Sousa, Henrique Trindade Coelho, José Jacinto Nunes, Celestino de Almeida, Hermano de Medeiros, Pedro José da Cunha), católicos sociais (cónegos Carlos Martins do Rego e José Dias de Andrade, Álvaro Zusarte de Mendonça), monárquicos constitucionistas (Tomás de Mello Breyner, Anselmo de Andrade, António Centeno, Bernardo da Costa Mesquitela, Eduardo Fernandes de Oliveira), monárquicos integristas (José Pequito Rebelo, António Sarmento Pereira Brandão).

A ritualização institucional do renovado culto dava-se anualmente na «Festa da Pátria», em 14 de Agosto, por proposta da direcção-geral da Cruzada. O 14 de Agosto será declarado feriado oficial da República em 1920, mas não confirmado em 1929, quando se determinam os novos feriados, continuando, no entanto, até 1938 a assistir-se nesse dia a celebrações cívicas com o apoio do Estado, onde avultariam as comemorações do 5.º centenário da morte de Nuno Álvares, em 1931.

A aprovação oficial do feriado de 10 de Junho («Festa de Portugal»), em 1925, retiraria viabilidade ao feriado do 14 de Agosto («Festa da Pátria»). Por outro lado, a generalização cultural a Nossa Senhora de Fátima — a Igreja católica reconheceu oficialmente o culto em 1930 — retirou também força ao culto do *Santo Condestável* como agregador da «alma cristã» da nação. Não obstante, é certo que, na interpretação providencialista católica da história portuguesa, têm um significado transcendente quatro projecções messiânicas: na fundação da nação — o «milagre de Ourique»; na consolidação da nação — o *Santo Condestável* (século XIV) e Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (século XVII); na refundação contemporânea da nação — o «milagre de Fátima» (século XX)¹⁴.

O Estado Novo incorporará no seu dispositivo simbólico institucional a figura de Nuno Álvares, quer comemorando oficialmente, pelo menos até finais dos anos 30, a data de 14 de Agosto, quer consagrando o herói como um dos «guias ideais» da acção da Organização Nacional Mocidade Portuguesa (o outro era o infante D. Henrique), e adoptará como símbolo da Legião Portuguesa uma imperfeita *cruz de Avis*, como tinha ocorrido na Cruzada, com uma diferença nesse processo de estilização — na Cruzada, a cruz era vermelha; na Legião, a cruz era grega (quatro ramos iguais).

A Cruzada alcançou também relevo por meio de uma significativa *função ideológica*, traduzida em textos que contribuíram para a construção do nacionalismo conservador, autoritário e corporativo português. Salientem-se os *Manifestos* de 1921 (escrito por Henrique Trindade Coelho) e de 1926 (escrito por Martinho Nobre de Melo), onde já se descortinavam alguns traços da síntese ideológica do Estado Novo, expressa por Oliveira Salazar no discurso de 30 de Julho de 1930 («Princípios fundamentais da revolução política»), aquando da apresentação do *Manifesto da União Nacional*: rejeição da visão liberal-individualista do mundo, nacionalismo moderado, Estado equilibrado e forte, corporativismo, intervenção económica do Estado, nação histórica imperial.

O problema da desordem pública e da falta de autoridade do Estado surgiu no discurso da Cruzada durante os anos de 1918 a 1926 como preocupação central. No *Manifesto* de 1921 estava escrito que, antes de tudo, era necessário «reclamar a solução do problema da ordem», explicitando-se, numa antecipação flagrante do discurso salazarista, as três ordens a impor: «Ordem nas ruas. Ordem nos espíritos. Ordem em casa, enfim. Sem ordem, o Estado não pode viver. E quem diz Estado diz, pelo menos, três funções harmónicas de carácter permanente: a função legislativa, a função judicial e a função executiva.»

¹⁴ Manuel Clemente, «Portugal: história ou profecia?», in *Communio*, ano XI, n.º 4, Lisboa, Agosto de 1994, pp. 352-355.

De 1921 a 1924, a Cruzada manteve esse *discurso de poder* para a reconstrução conservadora do Estado republicano — apareceu então a ideia dos ministérios de competências —, que Pedro Fazenda, membro do Partido Republicano Liberal, em 1921, entreviu certamente quando afirmou representar a Cruzada o «esboço de um movimento nacionalista», a origem de uma corrente de ideias que o sentimento republicano podia incorporar para a consolidação da República «na única forma viável, a forma conservadora»¹⁵.

Entre 1925 e 1926 generalizou-se um *discurso de revolução* que acoplou o *mito da «ditadura transitória»*, permitindo a inserção da Cruzada nos agentes políticos, ideológicos e militares da queda da I República: um dos seus segmentos acompanhou a corrente sediciosa de Filomeno, Nobre de Melo e Gomes da Costa, que apoiou durante três semanas o controverso ministério Gomes da Costa (Junho-Julho de 1926). No *Manifesto* de Janeiro de 1926 sugeriu-se claramente a dissidência revolucionária: «[...] o Estado não tem o direito de viver divorciado da nação. É a nação que tem o direito de se divorciar do Estado quando ele deixe de a proteger e defender dos inimigos do exterior e dos próprios portugueses que a desservem e arruínam [...]»¹⁶.

Ao longo dos meses de Abril a Junho de 1926, sob a influência de Nobre de Melo/Afonso Lucas, o discurso da Cruzada deixou de estar legitimado no seu tradicional nacionalismo conservador e passou a ter conotações de nacionalismo revolucionário (com enunciados fascizantes), voltando novamente ao vínculo ideológico inicial após as demissões de Nobre de Melo e Lucas da Cruzada, em Julho de 1926, relacionadas com o golpe de Estado de Sinel de Cordes-Raul Esteves contra o ministério Gomes da Costa.

Se tomarmos por base o *Cartaz-Decálogo do Estado Novo* de 1934, onde estão os dez princípios do regime na sua mais concisa definição — elaborados por João Ameal e corrigidos pontualmente, mas com algum significado, por Oliveira Salazar¹⁷ —, será fácil encontrarmos uma grande proximidade com as ideias veiculadas através dos vários *manifestos* da Cruzada, desde 1918 até 1926, não esquecendo que alguns dos seus temas — o indivíduo social (inserido em famílias, corporações profissionais e municípios), o Estado forte, a conciliação da autoridade com a liberdade, a dimensão imperial — estavam presentes em documentos políticos dos partidos republicanos conservadores, dos grupos monárquicos integralistas e das organizações católicas.

¹⁵ Pedro Fazenda, *A Crise Política (em Portugal)*, Lisboa, Empresa Internacional Editora, 1921, p. 108. Para uma análise da crise da I República, cf. Hermínio Martins, «O colapso da I República» [1970], in *Classe, Status e Poder e Outros Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 69-98.

¹⁶ *A Reconquista*, Lisboa, ano 1, n.º 1, 15-1-1926, pp. 1-5.

¹⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (referido a partir de agora como IAN/TT), arquivo de Oliveira Salazar (referido a partir de agora como AOS), CP-9, pasta 1.1.17/10, carta de João Ameal a António de Oliveira Salazar datada de 17 de Dezembro de 1934.

A Cruzada desempenhou uma não menos expressiva *função política*, quer na consensualização do regime republicano (num figurino de tendência presidencialista), quer na promoção de uma leitura das relações do Estado com a Igreja católica em regime concordatário de separação, quer ainda na articulação de elites centrais e notabilidades regionais conservadoras de diversos grupos políticos. Estas posições foram um importante contributo para a formulação doutrinária de base do Estado Novo, caracterizada essencialmente por uma sensibilidade nacionalista, relativismo político e eficácia administrativa, com profundo desinteresse pela doutrina ideológica abstracta ou pelo pensamento filosófico, onde, provavelmente, só Luís Cabral de Moncada ousou avançar, e mesmo assim o que propôs, em 1936 (já afastado do Movimento Nacional-Sindicalista), como método para a criação de uma nova «ideologia mais equilibrada», foi «pedir ao socialismo algo da sua *matéria*, ao nacionalismo a *forma* e ao cristianismo o *sentido* último» dessa construção¹⁸.

Durante a segunda metade da I República, a Cruzada teve um importante papel na comunicação entre nacionalistas civis (políticos e económicos), nacionalistas religiosos e nacionalistas militares, primeiro, através de Trinda-de Coelho e Pereira de Matos (1921-25), numa ampla convergência elitista, depois, com Nobre de Melo e Filomeno da Câmara (1926), sem o apoio do sector republicano conservador.

O momento alto desse encontro exprime-se na Direcção-Geral (presidida por António Pereira de Matos) e na Junta Consultiva (presidida por Pedro José da Cunha) da Cruzada de 1924-25: lá estavam, por exemplo, sob a presidência honorária do presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, Jacinto Nunes, António Mesquita de Carvalho e Júlio Cruz (Partido Republicano Nacionalista), Egas Moniz (próximo do Partido Republicano Nacionalista), Mello Breyner, Mário de Aguiar, Cunha e Costa e Ávila Lima (Causa Monárquica), Pequito Rebelo, Hipólito Raposo e Pereira Brandão (Integralismo Lusitano), Anselmo de Andrade, António Centeno e Fernandes de Oliveira (União dos Interesses Económicos e monárquicos), Diogo Pacheco de Amorim, Zusarte de Mendonça, Dias de Andrade e Martins do Rego (Centro Católico Português), João de Castro Osório (Centro do Nacionalismo Lusitano) e os oficiais do Exército Manuel Gomes da Costa (adere também em 1925 ao Partido Republicano Radical), João Tamagnini Barbosa (Partido Nacional Republicano Presidencialista), D. José de Barahona, Alfredo Freire de Andrade, José Mendes Leal, Eduardo de Almeida, António Bivar de Sousa, António Silva Carvalho, Caetano Barcelos e João Afonso de Miranda e da Marinha D. Bernardo da Costa Mesquitela, Vicente Almeida d'Eça e António Pereira de Matos, uns republicanos, outros monárquicos.

¹⁸ A ideia foi exposta na conferência «O dever da hora presente» (Coimbra, Dezembro de 1936) [cf. Luís Cabral Moncada, *Memórias. Ao Longo de Uma Vida (Pessoas, Factos, Ideias). 1888-1974*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 186-187].

A tentação milícia civil de sectores da Cruzada surgiu após a revolução de 28 de Maio e traduziu-se no incentivo de três fugazes experiências: a Milícia Nacional, em 1926, interligada com o ministério Gomes da Costa, que ficou como desejo; a organização civil/União Nacional, em 1926-27, emanada do ministério Óscar Carmona, já com alguma audiência, vindo o fundador da Cruzada, capitão João Afonso de Miranda, na altura aluno da Faculdade de Direito de Lisboa, a presidir à Confederação Académica da União Nacional; a Vanguarda Nacional, em meados de 1936, sob a direcção do general Augusto Farinha Beirão.

A Cruzada afirmou várias vezes a exclusão da actividade política dos seus objectivos, mas não há dúvida de que não esteve ausente e alguns cruzados fizeram parte da elite do poder em vários regimes. Durante a I República devem referir-se António José de Almeida, Celestino de Almeida, Freire de Andrade, Joaquim Pedro Martins, Ginestal Machado e Vieira da Rocha e, na República Nova, Nobre de Melo, Tamagnini Barbosa, Fernandes de Oliveira, Amílcar Mota, Azevedo Neves e Egas Moniz (também no ministério José Relvas), todos participantes na *elite governamental*.

Na ditadura militar e nos primórdios do Estado Novo sobressaiu Oliveira Salazar, que pertenceu à Direcção Distrital de Coimbra, e o seguinte grupo: na *elite jurídico-institucional*, Manuel Rodrigues, Beleza dos Santos, Pinto Coelho, Abel de Andrade; na *elite governativa*, Gomes da Costa, Nobre de Melo, Filomeno da Câmara, João de Almeida, Manuel Rodrigues, Vicente de Freitas, Trindade Coelho, Schiappa de Azevedo, Armindo Monteiro, Domingos de Oliveira, Caeiro da Mata, Serras e Silva (director-geral da Saúde Escolar); na *elite parlamentar*, José Maria Braga da Cruz, Pinheiro Torres, José Alberto dos Reis, António Carlos Borges, Schiappa de Azevedo, Domitila de Carvalho, deputados à Assembleia Nacional, e Pinto Coelho, Abel de Andrade, Serras e Silva, procuradores à Câmara Corporativa; na *elite diplomática*, Trindade Coelho, Nobre de Melo, Ávila Lima, Caeiro da Mata, Armindo Monteiro; na *elite militar*, Gomes da Costa, Filomeno da Câmara, João de Almeida, Ferreira do Amaral, Vicente de Freitas, Luís Domingues, Aníbal Passos e Sousa, Abílio Passos e Sousa, Fernando Borges, Schiappa de Azevedo, Domingos de Oliveira, Farinha Beirão, Peixoto e Cunha e Martins Cameira.

Se compararmos a composição do primeiro governo de Oliveira Salazar (5-7-1932), que motivou um desabafo crítico de Joaquim Dinis da Fonseca a Salazar por ser de «cor avermelhada» e mal recebida nos meios católicos¹⁹, com a da Direcção-Geral da Cruzada eleita no seu último Congresso (9-11-

¹⁹ IAN/TT, AOS, CO, PC-3 F, pasta 2, carta do presidente da Junta do Crédito Público (Joaquim Dinis da Fonseca) a António de Oliveira Salazar, sem data. Ao invés, José Alberto dos Reis averbou um comentário muito positivo — IAN/TT, AOS, CP-237, pasta 7.237.19, carta de José Alberto dos Reis a António de Oliveira Salazar datada de 16 de Outubro de 1932.

-1929), verifica-se que Manuel Rodrigues (ministro da Justiça e Cultos) e Armindo Monteiro (ministro das Colónias) tinham sido vice-presidentes da Direcção-Geral e que Assis Gonçalves (secretário particular de Salazar) fora vogal da mesma direcção.

Por fim, deve referir-se uma *função de solidariedade social* exercida pela Cruzada, que se traduziu na assistência económica e médica aos cruzados e a pobres e doentes, para o que criou vários organismos específicos: Comissão de Beneficência Nacional (1918), Cruz Nacional Nuno Álvares (1927) e Serviços de Saúde (1936).

4. A ORGÂNICA E AS ELITES DA CRUZADA

Sem vocação genética para a luta política imediata, a Cruzada de modo algum pode inscrever-se na tipologia dos partidos políticos: estes visam primordialmente a conquista do poder de Estado²⁰. Os estatutos referem a característica de «agremiação» (artigo 1.º) e de «instituição estrutural, essencial e eminentemente patriótica por excelência» (artigo 5.º), o que permite a sugestão prévia de se estar perante uma associação cívica, confirmada pela prática desenvolvida, podendo-se tipificá-la como liga patriótica de elites.

Os seus vários tempos indicaram essa vontade e mostraram que esteve mais próxima da moderada *Ligue de la patrie française*, fundada em 1898, do que da radical *Action française*, criada em 1905²¹, ambas, no entanto, produto do «caso Dreyfus», pendência político-religiosa essa da qual não existe qualquer referência no discurso da Cruzada. É certo que no 1.º semestre de 1926, sob a liderança de Nobre de Melo, a Cruzada tentou a sua reconversão em liga nacionalista de massas e em Maio-Setembro de 1936 esboçou, sob o impulso de Farinha Beirão e de Manuel Rodrigues dos Santos (nacional-sindicalista dissidente), a sua transformação em milícia cívica nacionalista. Dentro dessas duas fortes mobilizações revolucionárias, apareceu, em 1926, o desejo de fundar uma Liga Operária do Condestável e uma Liga Académica do Condestável e, em 1936, a promoção dos Vedetas dos Arraiais, das Cruzes das Ordens e das Cruzes de Legião.

Da análise feita à orgânica desta liga patriótica de elites podem estabelecer-se as seguintes características de base:

1. Forte chefia moral e técnica, tendo em vista o reconhecimento institucional (presidente de honra, habitualmente o presidente da República),

²⁰ Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, dissertação de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito de Lisboa, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 411.

²¹ Jean-Pierre Rioux, *Nationalisme et conservantisme. La ligue de la patrie française, 1899-1904*, Paris, Éditions Beauchesne, 1977; Eugen Weber, *L'Action française*, Paris, Stock, 1964.

a identificação funcional (presidente do Congresso, presidente da Direcção-Geral, presidente da comissão executiva e director-geral de Acção e Propaganda) e a disponibilidade para uma espécie de ministério das competências, durante a I República, através das cerca de vinte e cinco notabilidades de diferentes áreas profissionais e de diversa sensibilidade política (vice-presidentes e vogais da Direcção-Geral);

2. Estrutura de subordinação hierárquica, com direcções nacionais (Direcção-Geral, Comissão Central de Damas, Comissão Central de Acção e Propaganda), direcções provinciais, distritais, concelhias e paroquiais. Internamente estava articulado o princípio de nomeação (presidentes-directores de províncias, de distritos, de concelhos e paróquias, secretários e tesoureiros dessas direcções) com o princípio de eleição (vogais eleitos pelas respectivas assembleias). O director-geral de Acção e Propaganda (cargo perpétuo, desempenhado sempre pelo fundador da Cruzada, capitão João Afonso de Miranda, como estipulava o artigo 44.º dos estatutos) estabelecia a ligação dessas direcções regionais e locais à Direcção-Geral, sendo, por conseguinte, a figura-chave da mecânica organizativa. Consagrado estatutariamente, o Congresso Geral da Cruzada reuniu em Dezembro de 1925, em Novembro de 1929 e em Setembro de 1936;
3. Rede de organismos: comissões de culto, comissões de damas, núcleos de operários, Pagens do Santo Condestável, comissões académicas, Milícia Nacional (não concretizada), Cruz Nacional Nuno Álvares, Pagens de Nuno Álvares, Vanguarda Nacional, Serviços de Saúde e Comissariado Geral de Assistência Social (não concretizado).

Numa agremiação de elites e notabilidades como esta, mais importante do que o escalonamento quantitativo dos aderentes afigura-se a descrição da sua qualidade sintomática, que lhe projectou o reconhecimento, quer nas áreas institucionais (Presidência da República, governos, administração pública, forças armadas e forças militarizadas, Igreja católica ou partidos e grupos políticos), quer em áreas distritais urbanas (salientem-se Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Bragança, Viseu e Ponta Delgada).

De seguida, examina-se o perfil das direcções-gerais de 1921, 1929 e 1936, que marcam três importantes tempos da Cruzada, e o perfil das direcções provinciais/distritais estabelecidas em 1921 — as direcções concelhias e paroquiais, em número reduzido, merecerão comentários pontuais. Deve advertir-se para frequentes lacunas nos dados disponíveis, sendo que as mais importantes incidem sobre o ano de nascimento de dirigentes nacionais ou distritais e sobre a actividade profissional e a origem política de vários dirigentes distritais e locais.

4.1. ESTRUTURA ETÁRIA

Da análise do quadro n.º 1 conclui-se, quanto às gerações dos dirigentes nacionais, que se operou um envelhecimento da composição dos seus quadros mais destacados: se em 1921-23 e 1929 permaneceu a média de 40-50 anos, já em 1936 assistiu-se a um deslocamento para os 50-60 anos.

Estrutura etária dos dirigentes nacionais

[QUADRO N.º 1]

Idade	1921-23	1929	1936
< 30	1	0	0
30	6	1	3
40	8	11	6
50	13	9	9
60	4	11	7
70	3	0	3
80	1	0	0
Desconhecido	6	10	28
<i>Total/dirigentes . .</i>	42	42	56

Fontes: *A Época*, Lisboa, ano III, n.º 619, 30-3-1921, p. 1; *ibid.*, ano IV, n.º 1015, 10-5-1922, p. 2; *Cruzada Nacional «Nun'Álvares»*, ano I, n.º 1, Lisboa, Novembro de 1922, página não numerada; *A Época*, Lisboa, ano IV, n.º 1254, 12-1-1923, p. 3; *ibid.*, ano IV, n.º 1309, 10-3-1923, p. 2; *A Voz*, Lisboa, ano III, n.º 996, 15-11-1929, p. 9; *ibid.*, ano X, n.º 3433, 11-9-1936, p. 3.

4.2. ESTRUTURA SÓCIO-PROFISSIONAL

Professores universitários (quase todos catedráticos), militares (com dominância de oficiais gerais) e profissões liberais (advogados e médicos) eram as categorias sócio-profissionais mais frequentes entre os dirigentes nacionais (v. quadro n.º 2). Quanto aos professores universitários, em 1921, três eram de Medicina (Egas Moniz, Silva Amado, reformado, Mello Breyner), um de Ciências (Pedro José da Cunha) e um de Direito (Ávila Lima), todos da Universidade de Lisboa; em 1929, seis de Direito (Abel de Andrade, Armindo Monteiro, Joaquim Pedro Martins, Caeiro da Mata, Pinto Coelho, Ávila Lima), três de Medicina (Egas Moniz, Azevedo Neves, Mello Breyner) e um de Ciências (Pedro José da Cunha), todos da Universidade de Lisboa, dois de Direito (Paulo Merêa, Manuel Rodrigues) e um de Ciências (Costa Lobo), estes da Universidade de Coimbra; em 1936, dois de Ciências (Pedro José da Cunha, Pereira Forjaz) e um de Medicina (Azevedo Neves), da Universidade de Lisboa, e um de Medicina (Serras e Silva), da Universidade de Coimbra.

Estrutura sócio-profissional dos dirigentes nacionais

[QUADRO N.º 2]

Profissão	1921-23	1929	1936
Professor universitário .	5	13	4
Militar	10	11	18
Profissão liberal	11	5	14
Funcionário público . . .	4	1	3
Professor liceal	0	1	0
Padre	2	2	1
Jornalista	1	0	1
Proprietário rural	4	1	3
Proprietário industrial . .	1	0	2
Não especificado	4	8	10
<i>Total/dirigentes . . .</i>	42	42	56

Fontes: *A Época*, Lisboa, ano III, n.º 619, 30-3-1921, p. 1; *ibid.*, ano IV, n.º 1015, 10-5-1922, p. 2; *Cruzada Nacional «Nun'Álvares»*, ano I, n.º 1, Lisboa, Novembro de 1922, página não numerada; *A Época*, Lisboa, ano IV, n.º 1254, 12-1-1923, p. 3; *ibid.*, ano IV, n.º 1309, 10-3-1923, p. 2; *A Voz*, Lisboa, ano III, n.º 996, 15-11-1929, p. 9; *ibid.*, ano X, n.º 3433, 11-9-1936, p. 3.

Em relação à discriminação das categorias militares (Exército e Marinha), observe-se o quadro n.º 3, onde sobressaem os generais e os coronéis.

Categorias militares dos dirigentes nacionais

[QUADRO N.º 2]

Categoria	1921-23	1929	1936
Exército			
General	1	1	5
Brigadeiro	0	0	1
Coronel	2	5	5
Tenente-coronel	1	2	2
Major	1	0	1
Capitão	2	2	0
Tenente	0	1	3
Marinha			
Almirante	2	1	1
Capitão-tenente	1	0	0
<i>Total/dirigentes . . .</i>	42	42	56

Fontes: *A Época*, Lisboa, ano III, n.º 619, 30-3-1921, p. 1; *ibid.*, ano IV, n.º 1015, 10-5-1922, p. 2; *Cruzada Nacional «Nun'Álvares»*, ano I, n.º 1, Lisboa, Novembro de 1922, página não numerada; *A Época*, Lisboa, ano IV, n.º 1254, 12-1-1923, p. 3; *ibid.*, ano IV, n.º 1309, 10-3-1923, p. 2; *A Voz*, Lisboa, ano III, n.º 996, 15-11-1929, p. 9; *ibid.*, ano X, n.º 3433, 11-9-1936, p. 3.

Alguns desses militares ocupavam importantes funções públicas dirigentes. Por exemplo, em 1923, o major Ferreira do Amaral foi promovido a coronel e indigitado comandante-geral da Polícia de Segurança Pública; em 1936, o general Farinha Beirão e o coronel Abílio de Passos e Sousa eram, respectivamente, comandante-geral e 2.º comandante da Guarda Nacional Republicana, o coronel Martins Cameira era comandante-geral da Polícia de Segurança Pública e o tenente-coronel João Luís de Moura exercia o cargo de governador civil de Lisboa.

A nível dos dirigentes distritais, nota-se a preponderância das profissões liberais (advogados e médicos) e a representação constante de, pelo menos, um padre nas várias direcções — em Braga, José do Egipto Vieira; em Bragança, Manuel da Ressurreição Fernandes e o abade de Baçal Francisco Alves; em Coimbra, Manuel Gonçalves Cerejeira; no Porto, António Guimarães Dias; em Viseu, José Frutuoso da Costa; no Funchal, António Homem de Gouveia; em Ponta Delgada, João Pereira Dâmaso e Joaquim Botelho. Na Direcção Provincial do Minho/Direcção Distrital de Braga sobressaíam Augusto Forjaz, Arménio Sotto-Mayor, José Maria Braga da Cruz, Pedro Álvares e Artur Vilaça. A Direcção Provincial de Trás-os-Montes/Direcção Distrital de Bragança, num total de nove elementos, tinha seis advogados e médicos — onde se salientava Eduardo de Faria. A mesma circunstância social se passava na Direcção Provincial do Douro/Direcção Distrital do Porto, evidenciando-se aqui quatro elementos — Alberto Pinheiro Torres, Francisco Gomes Teixeira, Antero de Figueiredo e José Nunes da Ponte.

A Direcção Distrital de Coimbra, com a excepção de Fortunato de Almeida, era constituída por professores universitários — Serras e Silva, Alberto dos Reis, Oliveira Salazar, Beleza dos Santos, Gonçalves Cerejeira e Paulo Merêa.

As direcções concelhias e paroquiais exprimiam a mesma preocupação de atraírem notáveis, que, profissionalmente, eram em grande maioria advogados, notários, médicos e proprietários rurais, mas também encontramos comerciantes, farmacêuticos e empregados. Alguns titulares pertenceram a estruturas locais — D. António Branco (Pombeiro) (Direcção Concelhia de Cascais), D. Nuno Teles da Silva (Tarouca) (Direcção Concelhia de Estremoz), D. Francisco José de Menezes (Direcção Paroquial da Encarnação, Lisboa), D. Fernando de Sousa Coutinho (Direcção Paroquial das Mercês, Lisboa), Alfredo Pinto (Sacavém) (Direcção Paroquial de São Mamede, Lisboa). Do mesmo modo, encontramos militares — capitão Silvestre Teixeira e tenente Mário Pessoa da Costa (Direcção Concelhia de Estremoz), coronel Lúcio Nunes (Direcção Paroquial dos Anjos, Lisboa), capitão-tenente Jaime Correia do Luso (Direcção Paroquial do Sacramento, Lisboa), tenente Mário Mata e Silva e aspirante de Marinha João Moreira Rato (Direcção Paroquial de Oeiras).

4.3. ESTRUTURA POLÍTICA

Na 1.^a fase (1918-26), as direcções-gerais de 1918, 1921 e 1924 mostram a convivência de republicanos com monárquicos, devido fundamentalmente ao patrocínio tutelar dos cruzados António José de Almeida e Tomás de Mello Breyner. Assim, ao lado de republicanos do tempo da propaganda, como Braamcamp Freire (morre em 1921), Celestino de Almeida (morre em 1922), Guerra Junqueiro (morre em 1923), Jacinto Nunes, Constâncio de Oliveira e Eduardo de Sousa, estavam Anselmo de Andrade (ministro da Fazenda em 1900 e em 1910, regenerador), Mendes Leal (presidente da Câmara dos Deputados em 1909-10, regenerador), António Centeno (antigo deputado progressista) e Almeida d'Eça (antigo deputado progressista).

O compromisso informal entre membros do Partido Republicano Liberal — depois, do Partido Republicano Nacionalista — e membros do Centro Católico Português, da Causa Monárquica e do Integralismo Lusitano marcou o equilíbrio das primeiras estruturas dirigentes nacionais, mas nas estruturas provinciais/distritais observa-se uma dominância de elementos do Centro Católico Português e nas estruturas paroquiais de Lisboa a forte presença de monárquicos. Os presidentes-directores das estruturas provinciais/distritais de 1921-22 eram activos elementos do Centro Católico Português: Braga, Augusto Forjaz; Bragança, Manuel Fernandes; Coimbra, Serras e Silva; Porto, Pinheiro Torres (também monárquico); Viseu, Agostinho Coutinho; Funchal, Homem de Gouveia; Ponta Delgada, Pereira Dâmaso.

Na 2.^a fase (1927-38) acentuou-se o pendor republicano presidencialista («sidonista») e monárquico antiliberal, vindo a agremiação, em 1935, a albergar alguns nacional-sindicalistas dissidentes — Manuel Rodrigues dos Santos (funcionário do Ministério da Instrução Pública/Educação Nacional), José Pereira de Sousa (comerciante e jornalista), Mário Perestrelo de França (tenente de infantaria na reserva) — que, em 1936, constituirão, sob o impulso do general Farinha Beirão e em conjunto com o capitão na reserva Afonso de Miranda, o comando central da Vanguarda Nacional.

5. OS DISCURSOS DA CRUZADA

5.1. GALERIA DE SÍMBOLOS UNIFICADORES

Os fundadores da Cruzada não nos deixaram uma justificação para a escolha do vocábulo *Cruzada*, mas podemos chegar a algumas conclusões, depois do diagnóstico à ocorrência cívica do termo durante os séculos XIX-XX e do conhecimento do percurso da agremiação. Desde meados de Oitocentos até aos anos 20, o periodismo católico usou com frequência os

títulos de *cruz* e *cruzada*²², o que facilmente se compreende, quer pela evocação simbólica — cruz, símbolo da ressurreição, da redenção e da imortalidade —, quer pela evocação histórica — cruzada, expedição militar ao serviço de Deus. Na época a sua conotação foi muito marcada pelo combate da Igreja católica ao ambiente anticlerical, permitindo que, conjuntamente com significações históricas, se expressassem apelos mobilizadores de causas.

Será precisamente dentro desta finalidade que o Patriarcado de Lisboa lançará a *Cruzada do Rosário*, em 1915, e a *Cruzada Eucarística das Crianças*, em 1917. Por sua vez, a Maçonaria atribui à cruz a qualidade de símbolo do cosmos e incorpora-a em várias insígnias. Em 28 de Março de 1916, depois de decidida a participação portuguesa na primeira grande guerra, elementos da Maçonaria Feminina criaram a Cruzada Nacional das Mulheres Portuguesas, inicialmente presidida por Elzira Dantas Machado (esposa de Bernardino Machado), depois por Adelaide Cabete, secretariada por Ana de Castro Osório, a qual reunia numa ampla comissão central as esposas de importantes dirigentes do Partido Republicano Português e do Partido Republicano Evolucionista, com vista a prestar assistência material e moral aos soldados em guerra e às suas famílias. Com o mesmo objectivo, mas dentro de uma perspectiva católica, constituiu-se em Coimbra, a 16 de Abril de 1916, a Sociedade da Cruz Branca, presidida pela condessa do Ameal (mãe de João Ameal), que colocava a assistência religiosa aos soldados no lugar central das suas actividades.

Como se vê, *cruz* e *cruzada* eram palavras correntemente utilizadas, pertencendo à memória católica e à memória maçónica, áreas espirituais donde saíam as principais personalidades (com dominância de católicos) que deram corpo à primeira Direcção-Geral da Cruzada, em Outubro de 1918: do lado católico, Braamcamp Freire, Zusarte de Mendonça, Eduardo Antonino Pestana e Santos Farinha; do lado maçónico, João de Barros, João de Deus Ramos, Constâncio de Oliveira e Zacarias Gomes de Lima.

O processo de secularização da sociedade e do Estado operou dinâmicas de transferência de sacralidade que, ao promoverem o laicismo, permitiram o desenvolvimento de uma religiosidade cívica de culto à nação, por vezes concorrente com a religiosidade divina e a religiosidade popular, o que explica em parte a leitura secular de cruzada como serviço nacional (*cruzada*

²² Entre os periódicos, registem-se os seguintes: *A Cruzada*, Lisboa, 1852-54; *A Cruz*, Porto, 1853-60; *A Cruzada*, Lisboa, 1858-59; *A Cruz do Operário*, Lisboa, 1880-88; *A Cruz e a Espada*, Braga, 1882-89 e 1909-10 (órgão local do Partido Legitimista); *A Cruzada*, Vila Real, 1897-1904 (em 1903-4 foi órgão local do Partido Nacionalista); *A Cruz*, Viana do Castelo, 1900-8 (a partir de 1903 foi órgão local do Partido Nacionalista); *A Cruzada*, Porto, 1908 (boletim oficial da Diocese do Porto); *A Cruzada*, Braga, 1923 (boletim oficial da Arquidiocese de Braga).

nacional) e não só como serviço de Deus. Contudo, no caso da cruzada Nuno Álvares, em virtude da sua matriz política e moral de resistência antijacobina, adquiriu um lugar essencial o regresso do religioso (católico) como conteúdo de base da ética dos Portugueses. Imbuídos dessa filosofia moral estão os mais importantes símbolos de reconhecimento propostos.

A *bandeira* adoptada foi a bandeira do *Condestável*, empunhada em Aljubarrota e Valverde — sendo dessa maneira legitimada nacionalmente contra o estrangeiro —, e os cruzados ergueram-na pela primeira vez, coberta de crepes, durante o préstito fúnebre de Sidónio Pais, em Dezembro de 1918. Uma leitura heráldica desoculta algumas características essenciais: bandeira vazada de prata (figuração gráfica do campo), cruz pátea firmada de goles (vermelho), acantonada de quatro cantões de goles (vermelho) com as armas dos Pereira; cruz flor-de-lisada goles (vermelho), vazada de prata, acompanhada das seguintes imagens: no 1.º cantão, Cristo crucificado ladeado de Nossa Senhora e S. João; no 2.º cantão, Nossa Senhora e o Menino Jesus; no 3.º cantão, S. Jorge em posição orante, santo protector da cavalaria e patrono de Portugal; no 4.º cantão, S. Tiago, também em posição orante, apóstolo da fraternidade cristã e patrono das Espanhas.

A leitura heráldica do *emblema* permite tirar conclusões que estão em sintonia com as anteriores: ao centro, cruz flor-de-lisada goles, vazada de prata, sotoposta a figura de Nuno Álvares Pereira; à direita, uma espada virada para baixo, segura pelos coplos; à esquerda, o escudo nacional, de forma ogival (revivalismo medieval), com todos os escudetes pendentes (o que se verifica desde D. João II); no enquadramento, dois ramos unidos inferiormente, à direita de oliveira (símbolo de prudência, sabedoria, pureza) e à esquerda de carvalho (símbolo de firmeza, constância, força moral), com as respectivas folhas e frutos; inferiormente, o listel com o nome da instituição, «Cruzada Nacional D. Nun'Álvares Pereira», sobre este a cartela com a divisa «Ditosa pátria que tal filho teve» (cidadão óptimo); superiormente, uma cartela com o grito de guerra «Pela união dos Portugueses» (concordia).

Nos inícios de 1926, Nobre de Melo imprimiu a referida dinâmica revolucionária à Cruzada, invocando política e simbolicamente o espírito guerreiro medieval durante o processo de constituição da nação. Deste modo, a nova revista da organização — por si dirigida desde 15 de Janeiro de 1926 — denominou-se sintomaticamente *A Reconquista*. A partir dos n.ºs 2-3, a capa da revista ostentou um significativo busto de *escudeiro* anónimo, desenhado pelo pintor Adriano de Sousa Lopes, culminando no n.º 6, de 15 de Maio de 1926 (a treze dias da revolução), numa espécie de desocultação/revelação desse busto, com a sua substituição pela fotografia de corpo inteiro do general Gomes da Costa e respectiva legenda «Chefe nacional?».

Patenteando o ambiente mobilizador de um *ethos* cruzadista, apareceu nesse número da revista a *Canção da Reconquista*, não assinada, mas da autoria do poeta monárquico integralista Afonso Lopes Vieira²³, grande entusiasta da ideia em marcha. A poesia exprimia o mesmo espírito de cruzada, agora subtilmente explicitado como um combate de cristãos (os nacionalistas) contra os novos mouros (os jacobinos republicanos) — era uma espécie de *exortação da guerra* vicentina —, terminando com este forte apelo à acção: «Ergamos a cruz da espada/Por Deus, que nos ouve e chama!/Gente honrada e baptizada,/Portugueses: — à mourama!...»²⁴.

5.2. TÓPICOS DISCURSIVOS

5.2.1. NACIONALISMO

Na produção ideológica da Cruzada ocorreu quase sempre um discurso *conservador* (tradição e história), sem ser tradicionalista, e *organicista* (unidade e hierarquia), sem ser totalitário, propiciando a confluência, pelo menos até 1924, de notabilidades de diversas posições ideológicas e morais, e, exceptuando a prática nacionalista de cariz revolucionário (com enunciados fascistas) nos primeiros seis meses de 1926, tais características continuaram até 1938. Os tópicos fundamentais dessa abrangência nacionalista enunciam-se nos artigos 2.º e 6.º dos estatutos de 1920: amor pela terra da pátria; culto dos seus heróis; família tradicional; unidade moral da nação para a concórdia entre os Portugueses; disciplina social; organização profissional, em sindicatos mistos; manutenção da ordem pública; ressurgimento nacional.

A necessidade nacionalista da Cruzada advinha, na opinião dos subscritores do seu primeiro *Manifesto* de 1918, da circunstância de uma intensa divisão do povo português «em facções de regimes e partidos» estar a contribuir para a perda da unidade e vitalidade nacional, o que exigia a participação activa de «reconhecidas competências» numa obra «de educação e de redenção» patriótica, através do livro, do artigo jornalístico ou da conferência pública²⁵. Este pedagogismo cívico-cultural rapidamente acoplou a inevitável dimensão política, desenvolvida após a recepção traumática do assassinato de Sidónio Pais, que foi expressa no manifesto «À nação» por meio de expressões como esta: «[...] gravíssimos acontecimentos [...] acabam de ter o seu sinistro epílogo na

²³ Biblioteca Pública Municipal do Porto (referida a partir de agora como BPMP, espólio de Antero de Figueiredo, manuscrito 3095 (1), carta de Martinho Nobre de Melo para Antero de Figueiredo datada de 10 de Fevereiro de 1926: «[...] a *Canção da Reconquista* do Afonso Lopes Vieira é admirável [...]).

²⁴ *A Reconquista*, Lisboa, ano I, n.ºs 2-3, 1/15-2-1926, p. 19.

²⁵ Academia Portuguesa da História, espólio de Afonso de Dornelas, caixa VIII, documento

cidade de mármore e granito, capital de uma nação tão pequena em território quão extraordinariamente grande na sua história [...]»²⁶.

Em meados de 1920, o monárquico Alberto Pinheiro Torres — incumbido pela Direcção-Geral de organizar a Cruzada no Porto — escreveu ao republicano conservador Antero de Figueiredo para convidando-o a aderir ao movimento e afirmou peremptoriamente: «A ideia nacionalista está em marcha [...]»²⁷. O que a frase exprimia era o desejo de fazer confluir na Cruzada notabilidades nacionalistas de diversos segmentos ideológicos e morais. Aliás, a Direcção Provincial do Douro, constituída em 1921, era a este propósito bastante elucidativa: entre os seus elementos estavam «representantes» do nacionalismo católico monárquico (Pinheiro Torres), do nacionalismo católico «centrista» (Francisco Gomes Teixeira e António Guimarães Dias) e do nacionalismo republicano (José Nunes da Ponte, agnóstico, Antero de Figueiredo, católico, António Teixeira Lopes, maçónico).

No *Manifesto* de 1921 já encontramos a articulação do discurso sobre a *nação*, quer no seu fundamento objectivo (território ou história), quer no seu fundamento subjectivo (consciência nacional), com reflexões sobre o *Estado* (organização política da nação), por meio da questão nodal na época da falta de autoridade, manifestada de forma absorvente no problema da ordem pública (clima de guerra civil latente), na excessiva supremacia parlamentar (partidocracia) e na desarticulação funcional dos poderes legislativo, executivo e judicial (instabilidade institucional)²⁸.

Dias depois, Bramcamp Freire, no seu manifesto *Política Nacional*, que será aprovado por unanimidade pela Direcção-Geral, aprofundava essa perspectiva, explicitando até uma orientação política para o *governo*: «É profunda convicção da Cruzada que aos governos do país, para sua salvação, se impõe *caminhar resolutamente para a direita*. O exemplo vem-nos da França [...]»²⁹.

Dentro do ambiente revolucionário dos anos 20, dificilmente a Cruzada se ancoraria na exclusividade de um nacionalismo de doutrinação moral e cultural, prescindindo dos procedimentos reactivos do nacionalismo de acção política. A mudança não tardaria: primeiro, em 1922-23, com a candidatura de um sector da sua elite aos muito propalados ministérios de competências; depois, em 1925-26, perfilando em torno de Gomes da Costa, Filomeno da Câmara e Nobre de Melo uma proposta autoritária de estruturação do poder; por fim, em 1936, erguendo uma dinâmica milicial em torno da Vanguarda Nacional, que será absorvida pela Legião Portuguesa.

²⁶ *A Ordem*, Lisboa, ano III, n.º 867, 17-12-1918, p. 2.

²⁷ BPMP, espólio de Antero de Figueiredo, manuscrito 271-(7), bilhete-postal de Alberto Pinheiro Torres para Antero de Figueiredo, datado de 11-5-1920.

²⁸ Biblioteca Nacional (referida a partir de agora como BN), arquivo da Literatura Portuguesa Contemporânea (referido a partir de agora como ALPC), espólio de Malheiro Dias, caixa 7, documento «À nação», datado de 20 de Março de 1921.

²⁹ BN, ALPC, espólio de Malheiro Dias, caixa 7, documento «À nação. Política nacional», datado de 30 de Março de 1921.

Os documentos programáticos de 1918-20 ocultavam ou insinuavam de forma hábil o lugar da *religião* para a construção da propalada «unidade moral da nação»: no *Manifesto* de 1918 registava-se que a Cruzada acolhia portugueses «verdadeiros, sinceros e patriotas», sem «distinção de cores políticas ou credos religiosos»; nos estatutos de 1920 escrevia-se que, para «nível de educação moral», era apresentado o modelo do «*Santo Condestável* na plenitude das suas virtudes». Contudo, nos anos seguintes, o factor religioso será intensificado na sua produção doutrinal.

Assim, no *Manifesto* de 1921 surgia duplamente justificada a heroicidade de Nuno Álvares, «em nome de Deus e em nome dos homens»³⁰; no manifesto *Bases Inspiradoras*, de 1921, da autoria de Ávila Lima e subscrito totalmente pela Direcção-Geral, estava já diagnosticada a nação como um «misericoórdia sem qualquer assomo de espiritualidade»³¹; no documento *Orientações*, de 1926 figurava claramente a defesa da «liberdade e privilégios da religião católica, em regime concordatário»³².

A explicitação da atitude a tomar pela Cruzada perante o problema religioso foi-se definindo no sentido da incorporação das reivindicações do Centro Católico Português, estabelecidas no seu «programa mínimo» de Agosto de 1917 — restabelecimento das relações do Estado português com a Santa Sé, liberdade de ensino religioso nas escolas particulares, liberdade de associação e liberdade de culto — e que eram salvaguardadas pela presença do senador católico cônego Dias de Andrade nas direcções-gerais; do mesmo modo, acrescentaram-se as ideias-base contidas no programa do Partido Centrista Republicano de Outubro de 1917, elaboradas por Egas Moniz (também membro das direcções-gerais) — supremacia do poder civil, garantia da liberdade de culto, celebração de uma «concordata de separação» com o Vaticano.

5.2.2. CORPORATIVISMO

Desde finais da década de 70 do século XIX até à década de 20 do século XX assistiu-se a uma crescente presença no pensamento político português de concepções organicistas, vindas fundamentalmente de São Tomás de Aquino, Proudhon e Augusto Comte, que atravessaram os campos monárquico, republicano e católico, convergindo, contudo, numa crítica ao regime liberal-individualista, e algumas tiveram visibilidade institucional nos debates das Constituintes de 1911³³ e, em 1918, no sidonismo. Uma das consequências dessa atitude foi a valorização dos *corpos sociais intermédios*

³⁰ BN, ALPC, espólio de Malheiro Dias, caixa 7, documento «À nação», datado de 20 de Março de 1921.

³¹ BN, ALPC, espólio de Malheiro Dias, caixa 7, documento «À nação. Bases inspiradoras», datado de 27 de Fevereiro de 1921.

³² *A Reconquista*, Lisboa, ano 1, n.º 5, 1-4-1926, pp. 67-69.

³³ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, vol. 2, pp. 257-321.

(família, município, profissão), onde o indivíduo devia inserir-se e criar uma rede de sucessivas identidades, moldando uma nação organizada; outra consequência apontou a reorganização do sistema de legitimação política e social, propugnando a representação do «indivíduo-corporação», umas vezes compatibilizada com a representação do «indivíduo-cidadão», outras em profunda antinomia.

Na Cruzada confluíram notabilidades de tradições corporativas diversas, desde a liberal republicana (corporativismo parcial — municípios e profissões) e a católica social (corporativismo de associação) até à monárquica tradicionalista (corporativismo integral) ou à corporativa «sidonista» (corporativismo parcial — províncias e profissões), exprimindo faces do poliedro corporativista, e o mínimo denominador comum entre elas indicava a necessidade de promover a expressão institucional dos interesses sociais e, por vezes, também municipais num órgão de soberania.

Recorriam com muita frequência aos princípios que Oliveira Martins enunciara no estudo *As Eleições*, de 1878, mas, por exemplo, a ideia de Câmara única, excluindo a representação partidária, era muito polémica. A perspectiva martiniana assentava numa visão trinária da constituição da sociedade, devendo cada um dos elementos ter a sua representação parlamentar: as instituições, que representam o elemento conservador; as classes sociais, que representam o elemento progressista; as condições morais e materiais, que representam o elemento de ponderação³⁴.

O documento *Princípios de estrutura do Estado*, aprovado pela Direcção-Geral em Novembro de 1918, sistematizava os tópicos orientadores: chefe de Estado e ministros assistidos por conselhos técnicos consultivos de especialistas; constituição de um congresso nacional (parlamento) por meio de representantes dos diversos interesses sociais e dos municípios; descentralização administrativa, com base em províncias, concelhos e freguesias, sem referência a distritos; independência do poder judicial; organização profissional³⁵. Quanto à ideia de corporação administrativa, a Cruzada adoptava as posições descentralistas e municipalistas de Jacinto Nunes (membro das direcções-gerais), formuladas nas décadas de 70-90 do século XIX³⁶.

³⁴ Oliveira Martins, *Obras Completas. Política e História*, t. 1, Lisboa, Guimarães & C.ª, Editores, 1957, pp. 275-331. A ideia de representação corporativa teve também audiência noutros sectores socialistas, como Antero de Quental, em 1880, e Azedo Gneco, em 1910 [cf. Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, pp. 89-90].

³⁵ *O Tempo*, Lisboa, ano 1, n.º 42, 17-11-1918, p. 1.

³⁶ José Jacinto Nunes, *A Descentralização*, Lisboa [Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves], 1870, *Reivindicações Democráticas*, Lisboa [Tipografia Nacional], 1886, e *Projecto de Código Administrativo*, Lisboa [Tipografia e Litografia a Vapor da Papelaria Progresso], 1894.

A clarificação do enunciado sobre as corporações profissionais far-se-á a partir de 1925, num contexto de tutela ideológica da Cruzada por parte de Nobre de Melo — politicamente era uma espécie de «integralista republicano», logo um presidencialista, corporativista e municipalista. Ao longo de uma série de artigos publicados em *O Século* entre Julho de 1925 e Fevereiro de 1926, o então presidente da Comissão de Acção e Propaganda da Cruzada discorreu sobre «os progressos da ideia profissionalista», começando por recordar as posições defendidas por Oliveira Martins no estudo atrás referido, por Marnoco e Sousa no comentário crítico à Constituição de 1911³⁷ e por si próprio aquando da elaboração do Decreto n.º 3997, de 30 de Março de 1918, que reformulou a composição do Senado com a introdução de representantes das províncias e das categorias profissionais (agricultura, indústria, comércio, serviços públicos, profissões liberais, artes e ciências).

Nobre de Melo inseria-se no que qualificou de «contra-revolução social, moral e política», exautorando fortemente a mundividência liberal e defendendo a solução de uma «ordem nova» promotora de um «Estado nacional», autoritário e corporativo. Em Abril de 1926, no documento *Orientações*, escrito por si, a Direcção-Geral da Cruzada exprimia colectivamente as posições corporativas de republicanos presidencialistas e de monárquicos integralistas, quando propunha a representação nacional dos «interesses reais e permanentes da nação» e o «sindicalismo orgânico não obrigatório».

Se é certo que a ideia corporativa foi principalmente propagandeada por católicos sociais, monárquicos integralistas e republicanos presidencialistas, não pode esquecer-se também a sua crescente recepção no campo republicano conservador e no campo republicano radical. Desse modo, encontramos em vários programas partidários republicanos a necessidade da modificação corporativa do Senado: em 1913, no Partido Republicano Evolucionista — Senado com «representação dos agrupamentos e interesses nacionais»; em 1923, no Partido Republicano Nacionalista — Senado com «representação de classes»; também no mesmo ano, no Partido Republicano Radical — Senado transformado em «câmara de economia nacional» com «representação de interesses regionais e profissionais»; em 1926, na União Liberal Republicana — Senado com «representação de classes».

5.2.3. AUTORITARISMO

O problema da falta de autoridade do Estado colocou-se no pós-sidonismo como tema central dos vários discursos políticos, ganhando progressiva audiência a culpabilização do regime parlamentar vigente, baseado no predomínio do

³⁷ Marnoco e Sousa, *Constituição Política da República Portuguesa. Comentário*, Coimbra, F. França Amado, Editor, 1913, pp. 309-313.

elemento de sufrágio electivo (supremacia do poder legislativo), o que conduziu à formulação de várias propostas de reforço do Estado: na área republicana, a mais importante foi a presidencialista, compatibilizando o elemento de sufrágio electivo com o *elemento de representação corporativa* (harmonização dos poderes); na área monárquica, a integralista, alicerçada no *elemento de poder hierárquico orgânico* (supremacia do poder executivo).

A argumentação doutrinária da Cruzada foi quase sempre marcada por «teorias de ordem» conservadoras, renitentes aos fulgores místicos, à agitação sistemática e aos apelos multitudinários, em grande parte explicada pelas funções institucionais desempenhadas pela sua elite dirigente. No seu *Manifesto* de 1921 encontramos assinalada a necessidade de o Estado republicano impor a ordem pública — «Sem ordem, o Estado não pode viver» — para levar a cabo uma obra de «ressurgimento nacional» e lia-se o mundo em dois campos distintos e antagónicos: de um lado, a ordem e a tradição; do outro, a anarquia e a revolução.

Esta visão manteve-se até finais de 1925, apesar de alguns cruzados, desde cedo, não acreditarem na capacidade regeneradora da República. Veja-se a opinião de Trindade Coelho, transmitida pessoalmente a Antero de Figueiredo em 1921: «A República não pode resolver o problema da ordem. A República não admite em Portugal política conservadora. *Ao mais leve esboço* saem as feras das cavernas e descem ao povoado. Veja o Sidónio. Veja agora o pobre Granjo [...]»³⁸. Com a liderança de Nobre de Melo/Filomeno da Câmara e o apoio dos sectores da direita revolucionária, a Cruzada adoptou um discurso/acção de desordem (contra o Estado republicano), bem plasmado no *Manifesto* de Janeiro de 1926, onde pode ler-se: «[...] urge, antes de tudo, preparar o terreno de que há-de abrolhar a ordem nova, que a dinâmica nacionalista e sindical dos processos vitais do ressurgimento está acordando e suscitando em toda a Europa latina»³⁹.

No documento *Orientações* reivindicava-se já um modelo presidencialista, autoritário e antiliberal de estruturação do poder: chefe de Estado, «realmente chefe e não uma simples chancela às ordens dos partidos»; governo de livre escolha do chefe de Estado, assistido por conselhos técnicos consultivos; representação nacional corporativa; intervencionismo económico indirecto; sindicalismo orgânico.

Seguindo a interessante reflexão de João Tello de Magalhães Colaço sobre as «ilusões» da vida pública portuguesa durante a I República, pode afirmar-se que, em face da «ilusão sobre os poderes das leis» que os republicanos históricos tinham, a Cruzada passou da «ilusão sobre os governos técnicos» (1921-24) para a «ilusão sobre as ditaduras» (1925-26), quando o fundamental

³⁸ BPMP, espólio de Antero de Figueiredo, manuscrito 1085-(6), carta de Henrique Trindade Coelho para Antero de Figueiredo datada de 30-10-1921.

³⁹ A *Reconquista*, Lisboa, ano 1, n.º 1, 15-1-1926, pp. 1-5.

seria, antes de tudo, fomentar a mentalidade e a capacidade administrativa de «direcção suprema do Estado», aspecto de doutrinação prática que Magalhães Colaço considerava ser anterior ao da opção pela forma de governo⁴⁰.

Durante o Estado Novo, a Cruzada convergiu genericamente com o modelo de autoritarismo conservador praticado, reconhecendo a chefia pessoal de Oliveira Salazar, a União Nacional como única patrocinadora da representação político-eleitoral e a tutela do Estado na montagem da organização corporativa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elite dirigente da Cruzada promoveu quase sempre uma ampla relação institucional com o Estado, as forças armadas, as forças militarizadas e a Igreja católica durante os regimes políticos estabelecidos entre 1918 e 1938. Assim se justifica, por um lado, o exercício da sua presidência honorária, desde Sidónio Pais e com a excepção de Bernardino Machado, pelos sucessivos presidentes da República (Canto e Castro, António José de Almeida, Teixeira Gomes e Óscar Carmona), por outro lado, a participação anual de um corpo de militares nas cerimónias da «Festa da Pátria» e a presença nos corpos gerentes de vários oficiais com funções de alto comando e, por fim, a nomeação dos seus directores-gerais de Acção Eclesiástica pelo cardeal-patriarca de Lisboa, sobressaindo nesse cargo os cónegos Martins do Rego (fundador dos Pagens do Santo Condestável em 1921), Bernardo Cabrita (fundador dos Pagens de Nuno Álvares em 1929) e Damasceno Fiadeiro.

A característica elitista e «ordeira» da Cruzada fez com que a sua actividade — em particular a ritualização calendarizada do culto cívico-religioso ao seu herói-símbolo, com expressão maior nas comemorações anuais da «Festa da Pátria», a 14 de Agosto — contribuisse para uma articulação institucional entre a Igreja católica, as forças armadas e a administração pública (ministérios, câmaras municipais) durante um período da vida portuguesa que foi fortemente marcado pelo confronto ideológico, pelo conflito político e pela sedição militar, permitindo o enraizamento em áreas da elite nacionalista, que serão importantes segmentos da elite do Estado Novo, de uma imagem do poder (partilhado e negociado) como «Estado de ordens»⁴¹.

⁴⁰ João Maria Tello de Magalhães Colaço, *Da Vida Pública Portuguesa*, vol. 1 *Algumas Ilusões – Alguns Votos*, vol. II, *Conservadores e Radicais*, Lisboa, ed. do autor, 1925-1926.

⁴¹ Emprego o conceito/modelo «Estado de ordens» na acepção teórica que tem sido trabalhada por Luís Salgado de Matos, «As forças armadas portuguesas como elemento de um «Estado de ordens» — sua situação em regime de sufrágio universal», in *Análise Social*, 4.ª série, vol. xxxii, n.º 141, Lisboa, 1997, *maxime* pp. 405-410.

A Cruzada funcionou também para um conjunto de notabilidades fortemente polarizadas na área política militante como uma espécie de «chá de tília colocado à cabeça da pátria», na expressiva metáfora de Henrique Trindade Coelho⁴². Esta função de comunicação entre elites de vários grupos políticos concorrentes — republicanos conservadores demoliberais, republicanos presidencialistas autoritários, monárquicos constitucionalistas, monárquicos integralistas, católicos centristas — foi outro importante papel político desempenhado pela Cruzada na formação de sectores da elite do regime do Estado Novo.

No campo dos movimentos cívicos europeus contemporâneos, a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira detém uma singular especificidade, orgânica à vida portuguesa, que deve ser salientada. Conquistou uma significativa importância pública, como se analisou, entre a República Nova de Sidónio Pais e o Estado Novo de Oliveira Salazar, interessando o seu estudo à história política e à história religiosa, mas padeceu da projecção dominante do *mito do Estado* nos costumes políticos, retirando-lhe progressivamente uma importante área de acção: o *robustecimento moral da sociedade civil* (família, trabalho, religião, solidariedade social, responsabilidade pública, tolerância, patriotismo), isto é, mais nação do que Estado.

7. NOTA SOBRE AS FONTES

A investigação deparou com uma grande lacuna: não foi possível encontrar o arquivo da Cruzada e cremos que ele não existe. Colocou-se então a alternativa de percorrer os escassos números dos órgãos de imprensa da organização (*Cruzada Nacional «Nun'Álvares»*, *Cruzada Nacional*, *Revista Nacional*, *A Reconquista*, *Galeria do Santo Condestável*), a imprensa periódica diária de grande divulgação (*Diário de Notícias*, *O Século*, *A Época*, *Diário de Lisboa*, *Novidades*, *A Voz* ou *Diário da Manhã*), os arquivos oficiais (Oliveira Salazar, Ministério do Interior, PIDE/DGS-Núcleo PSE, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Geral da Marinha), os espólios de personalidades (Braamcamp Freire, Malheiro Dias, Antero de Figueiredo, Afonso de Dornelas, Gomes da Costa, Aires de Ornelas, Moreira de Almeida, Castro Osório, Lopes de Oliveira, Raul Proença, Norton de Matos), a imprensa regional, os periódicos dos vários grupos políticos, os múltiplos opúsculos e panfletos.

⁴² Henrique Trindade Coelho, «Onde está o perigo?», in *O Século*, Lisboa, ano 47.º, n.º 15 762, 19-1-1926, p. 1.